

A pós-graduação *stricto sensu* em Ciências da Saúde: um processo em construção

The *stricto sensu* postgraduate course in Health Science: a process under construction

Isabel de Oliveira Arruda Reginato¹
 Carmélia Matos Santiago Reis²
 Renata Costa Fortes³
 Ana Lúcia Ribeiro Salomon⁴
 Maria de Fátima Moura de Araújo⁵
 Maria Rita Carvalho Garbi Novaes⁶
 Levy Aniceto Santana⁷
 Leila Bernarda Donato Göttems⁸

¹Administradora, Especialista em Gestão Pública, Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Ciências para a Saúde (ESCS). Brasília, DF, Brasil

²Médica, Doutora em Dermatologia, Coordenadora de Cursos de pós-graduação *stricto sensu* (ESCS). Brasília, DF, Brasil

³Nutricionista, Doutora em Nutrição Humana, Docente dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (ESCS). Brasília, DF, Brasil

⁴Nutricionista, Doutora em Ciências da Saúde, Docente dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (ESCS). Brasília, DF, Brasil

⁵Nutricionista, Mestre em Nutrição Humana, Aposentada do Ministério da Saúde do Brasil (MS) e da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES). Brasília, DF, Brasil

⁶Farmacêutica, Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília, Docente Permanente dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da ESCS/FEPECS. Brasília, DF, Brasil

⁷Fisioterapeuta, Doutor em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília, Gerente de Cursos de Mestrado e Doutorado da Escola Superior de Ciências da Saúde. Brasília, DF, Brasil

⁸Enfermeira, Doutora em Administração pela Universidade de Brasília, Docente dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Escola Superior de Ciências da Saúde. Brasília, DF, Brasil

Correspondência: Isabel de Oliveira Arruda Reginato. E-mail: belarruda@gmail.com

RESUMO

Introdução: Este artigo descreve a trajetória da criação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Saúde da ESCS/FEPECS e reflete sobre os desafios da pesquisa em saúde.

Objetivo: descrever o processo de desenvolvimento da capacidade institucional da ESCS como instituição formadora de profissionais de saúde na modalidade pós-graduação *stricto sensu* adequados às necessidades observadas no Sistema Único de Saúde (SUS).

Método: análise documental e extração de dados da Plataforma Sucupira/Capes.

Resultados: desde 2008 a 2020 desenvolveram-se parcerias com outros programas de pós-graduação até a criação do primeiro programa próprio que ocorreu em 2012. Neste período foram formados 204 egressos, 98% são profissionais que atuam no SUS-DF. Os mestrados profissionais e o acadêmico próprios da ESCS possuem singularidades decorrentes da integração ensino-serviço, que potencializam a produção de conhecimento aplicável ao SUS-DF.

Conclusão: todas as iniciativas estão coerentes com um diálogo intersetorial entre educação e saúde, conforme preconizado pelos marcos legais e infralegais do SUS.

Palavras-chave: Pós-graduação *stricto sensu*, Ciências da Saúde, Sistema Único de Saúde, Educação de Pós-Graduação

ABSTRACT

Introduction: This article describes the Health Sciences's *stricto sensu* postgraduate programs trajectory and reflects on the challenges of health research.

Objective: to describe the process of ESCS's institutional capacity development as a training institution for health professionals in the *stricto sensu* postgraduate modality adequate to the Brazilian Health Unified System (SUS) needs.

Method: Document analysis and data extraction from the Sucupira data base.

Results: From 2008 to 2020 partnerships were developed with other graduate programs until the first own program creation in 2012. Since then, 204 graduates were trained, 98% are professionals working in the SUS-DF. The professional and academic master's degrees themselves at ESCS have singularities arising from the teaching-service integration, which enhance the knowledge production applicable to the SUS-DF.

Conclusion: all initiatives are consistent with an intersectoral dialogue between education and health, as recommended by the legal and infra-legal SUS frameworks.

Keywords: *Stricto sensu* postgraduate programs; Health sciences; Health Unified System

INTRODUÇÃO

Os primeiros passos da pós-graduação no Brasil deram-se na década de 30, com forte influência norte-americana em modelos de ensino voltados para formação de docentes e pesquisadores, ainda em pequenos grupos formados nas Universidades, sem, no entanto, submeter-se a qualquer formalização por parte do governo¹. A ideia de oficializar essas práticas passou a ser amadurecida a partir da década de 50, quando os Estados Unidos e o Brasil firmaram uma série de convênios para intercâmbio entre estudantes e pesquisadores². A criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por meio do decreto 29.741, de 11 de julho de 1951 e a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, demarcam as primeiras iniciativas do Estado para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Entretanto, somente em 1965 foi dado o grande impulso para definir a pós-graduação no Brasil, por meio do Parecer nº 977 de 1965, conhecido como Parecer Sucupira. Nele são tratados o conceito e formalização da pós-graduação no

Brasil com o intuito de desenvolver uma política eficaz de estímulo à realização de cursos voltados à qualificação do pessoal de nível superior³. Em 1968 foi proposta pelo governo militar, uma profunda reforma no ensino superior, decorrente de pressões dos movimentos sociais e estudantis, onde foram definidas a organização e estruturação dos cursos ainda com forte influência norte-americana. A chamada Reforma Universitária possibilitou a emersão da discussão sobre investimento em pesquisa e ciência como contribuição para o desenvolvimento do Estado¹.

Com o crescimento econômico vivenciado na década de 70, foram tomadas medidas de impacto na qualificação do corpo técnico de nível superior do Brasil como a transformação da CNPq em Fundação no ano de 1974 e a realização da Primeira Avaliação dos Programas de pós-graduação realizada pela Capes, em 1976. Segundo Santos e Azevedo, a partir de então, tornaram-se necessárias outras medidas articuladas que resultassem na concretização das ações objetivas para instauração e expansão organizada da pós-graduação, de forma inclusive a dar conta das diferentes demandas regionais⁴.

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal (CF), que definiu a saúde como um direito e dever do Estado, criou o Sistema Único de Saúde (SUS) e atribuiu aos seus gestores a responsabilidade de ordenar a formação de seu pessoal para atender às necessidades da população⁵. Ainda, reforça o papel do Estado como apoiador da formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação. Destaca-se da CF de 1988, *in litteris*:

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: (EC no 85/2015)

...

III—ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

...

V—incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;

Portanto, em uma perspectiva intersetorial, cabe ao SUS, por meio de seus gestores, o cumprimento dos ditames constitucionais promovendo análises que favoreçam escolhas que atendam às necessidades de desenvolvimento técnico, científico e profissional, com vistas à organização do sistema de serviços com qualidade, garantindo a universalidade, integralidade e equidade das ações de saúde.

Nesse sentido, em 2002, foi publicada pelo Ministério da Saúde (MS), a Política de Recursos Humanos para o SUS que destacou a importância da pós-graduação além da residência médica, ampliando o acesso para outros profissionais de saúde de nível superior para que possam atuar na gestão e qualificação voltada à realidade social e epidemiológica em que estão inseridos⁶.

Todavia, esta Política preservou uma visão tradicional de educação, a qual foi revista quando em 2004 o MS publicou a Portaria 198/04, instituindo a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), que tem por objetivo transformar e qualificar as práticas de saúde, a organização das ações e dos serviços, os processos formativos e as práticas pedagógicas na formação e desenvolvimento dos trabalhadores da saúde, demandando um trabalho intersetorial capaz de articular o desenvolvimento individual e institucional, ações, serviços, gestão setorial e atenção à saúde. A Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007, definiu novas diretrizes e

estratégias de ação para implementar a PNEPS, adequando-a às diretrizes operacionais e aos regulamentos do Pacto pela Saúde e Pacto de Gestão, propondo a criação de Comissões Permanentes de Integração Ensino/Serviço (CIES), definidas como instâncias intersetoriais e interinstitucionais permanentes que participam da formulação, condução e desenvolvimento da Pneps nos Estados⁷⁻⁹.

Cabe destacar que a PNEPS enfatiza a necessidade de alteração de ordem metodológica nos processos de formação em saúde, enfatizando a aprendizagem significativa, o processo de aprender a aprender e a eleição dos problemas do cotidiano como fonte de aprendizagem, em uma lógica de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, como referenciais pedagógicos inovadores e necessários para a promoção de mudanças visando às práticas integradoras e democráticas¹⁰.

É neste contexto do diálogo intersetorial educação, trabalho e saúde, que a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* pela ESCS/Fepecs se insere. A criação desta modalidade de formação na ESCS foi motivada pela valorização dos trabalhadores que atuam no SUS, pela busca do aperfeiçoamento da formação de graduados, estímulo à pesquisa científica em serviços de saúde, para fortalecer o progresso técnico na saúde pública local e regional. Inicialmente os cursos foram promovidos em parceria com outras instituições de nível superior e posteriormente consolidaram-se com a oferta de turmas gerenciadas pela instituição e com quadro de docentes próprio¹¹.

Este artigo resgata a trajetória da criação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da ESCS. De caráter descritivo, retoma as primeiras iniciativas e aprofunda a atual oferta de mestrados profissionais e acadêmicos, destacando suas singularidades, avanços e desafios. Tem como objetivo, descrever o processo de desenvolvimento da capacidade institucional da ESCS como instituição formadora de recursos humanos adequados às necessidades observadas no SUS.

MÉTODO

Trata-se de estudo documental que, por meio da análise de relatórios gerenciais, arquivos físicos e eletrônicos disponíveis na instituição, busca descrever detalhadamente o processo evolutivo de construção da estrutura de ensino de pós-graduação *stricto sensu* da ESCS, mantida pela Fundação

de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (Fepecs). Conforme Laville e Dione, os documentos revelam além da história de formação de projetos, seus objetivos e percepções, promovendo ao pesquisador uma visão ampla do objeto de estudo. Além disso, a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema¹²⁻¹³.

No presente estudo foram analisados os processos físicos de pactuação dos convênios para oferta de cursos em parceria com outras instituições, processos de criação de cursos, relatórios de gestão, legislações e políticas concernentes ao desenvolvimento da pós-graduação, sobretudo na modalidade *stricto sensu* e com enfoque na formação para o SUS. Extraíram-se dados da Plataforma Sucupira da Capes. Procurou-se investigar o momento histórico, objetivos de cada curso, parcerias porventura existentes e público atingido desde o início das atividades promovidas pela escola.

RESULTADOS

Desde 2008 a ESCS busca prover, por meio de parcerias e posteriormente utilizando-se do seu próprio corpo docente, cursos de pós-graduação *stricto sensu* voltados à capacitação de profissionais da saúde. Buscou-se desde o início, prezar pela oferta de produtos acadêmicos qualificados e que atendam às expectativas já anunciadas na Política de Recursos Humanos para o SUS, que vislumbra, além da adequação do perfil do profissional às necessidades do sistema de saúde brasileiro, trabalhadores aptos a gerir as unidades de saúde e assumir posição de decisão em áreas estratégicas para o funcionamento do SUS⁶.

A trajetória de criação da pós-graduação *stricto sensu* da ESCS/Fepecs será apresentada em ordem cronológica, sob duas dimensões: os programas realizados em parceria com outras instituições, seja pela compra de vagas, seja no formato interinstitucional, seguido dos programas ofertados pela própria ESCS. Em cada um será descrito suas singularidades, os destaques do desenho do programa e o número de egressos formados.

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* OFERTADOS EM PARCERIA COM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR:

Mestrado Interinstitucional em Ginecologia, Obstetrícia e Mastologia – Parceria ESCS/Fepecs com a Universidade Estadual Paulista (Unesp)/ Botucatu

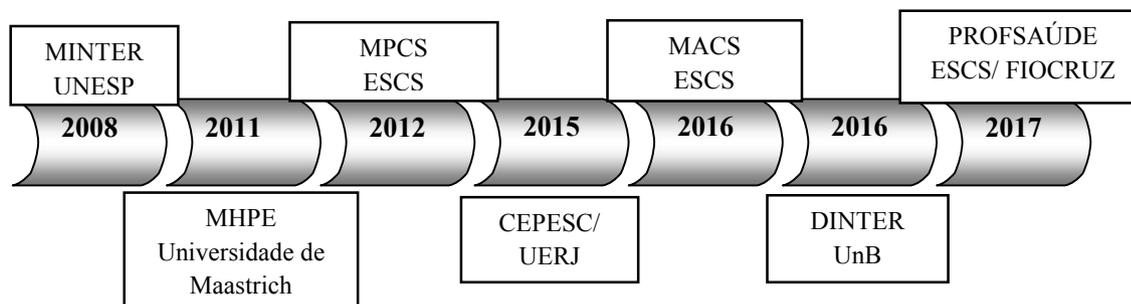
No início de 2008, diante da necessidade da ESCS de contribuir na produção de conhecimentos e na ampliação da capacidade crítica de seus docentes e dos preceptores de residência médica da rede hospitalar SUS do Distrito Federal (DF), decidiu pela implantação de um curso de pós-graduação *stricto sensu* interinstitucional.

Como para a ESCS/Fepecs, esta foi a primeira experiência com a pós-graduação *stricto sensu*, a Fepecs decidiu implantar essa modalidade de pós-graduação, em parceria com outras universidades, por meio do programa multi-institucional Minter.

Iniciou-se a construção do Projeto em parceria com a equipe de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina de Botucatu/Unesp, para definição de objetivos, linhas de pesquisas, docentes, número de vagas, entre outros aspectos. O projeto foi finalizado e encaminhado ao Instituto

Figura 1

Cronologia da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* pela ESCS



Legendas: MINTER- Mestrado Interinstitucional; UNESP- Universidade Estadual Paulista; MHPE- Mestrado Internacional em Educação nas Profissões de Saúde; MPCES- Mestrado Profissional em Ciências para a Saúde; ESCS- Escola Superior em Ciências da Saúde; CEPESC- Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva; UERJ- Universidade do Estado do Rio de Janeiro; MACS- Mestrado Acadêmico em Ciências da Saúde; DINTER- Doutorado Interinstitucional; UnB- Universidade de Brasília; PROFSAÚDE- Mestrado Profissional em Saúde da Família; FIOCRUZ- Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, DF-Brasil, 2021

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Após algumas reuniões com o Inep, finalmente o projeto foi aprovado em final de 2008, sendo então encaminhado, pela Faculdade de Medicina de Botucatu, para aprovação da Capes, na área de Medicina III.

Após aprovação do Projeto pela Capes, foi elaborado e divulgado o edital para as inscrições e exame de seleção de 25 vagas para aluno regular do Programa, tendo como público alvo profissionais com diploma de curso superior da saúde, que estavam atuando como docentes na ESCS ou na preceptoria em Programa de Residência em Ginecologia, Obstetrícia ou Mastologia na rede de hospitais da SES/DF¹⁴.

As linhas de pesquisa definidas foram: marcadores do diabetes gestacional e da síndrome metabólica na gestação humana e em modelos experimentais; substâncias tóxicas persistentes (STP) na gestação e no menacme estudos - em humanos e em animais; marcadores da hipertensão arterial na gestação humana e em modelos experimentais; epidemiologia clínica em obstetrícia; endométrio tópico e ectópico: avaliação por métodos endoscópicos; avaliações endocrinometabólicas, endoscópicas e psicossociais em situações especiais da vida da mulher; estudos epidemiológicos nos processos ginecológicos benignos e malignos; controle neuroendócrino da ovulação e anovulação crônica e suas inter-relações moleculares, metabólicas e uterina; fatores relacionados à infertilidade humana: genéticos, ambientais, psicossociais, seminiais, ovarianos, uterinos e embrionários; acurácia diagnóstica, intervenção clínica e análise de sobrevida das lesões mamárias, bem como resposta dos tecidos receptores estrogênicos às intervenções na menopausa. Este convênio permitiu que 23 servidores da SES/DF, sendo 06 servidores docentes da ESCS, obtivessem o título de mestre em 2011.

PROGRAMA DE MESTRADO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO NAS PROFISSÕES EM DE SAÚDE (MHPE)

O Programa de Mestrado Internacional em Educação nas Profissões de Saúde (MHPE) foi executado por meio da aquisição de vagas de mestrado junto a Universidade de Maastricht (Holanda). O MHPE ocorreu no período de 2011 a 2013, perfazendo dois anos e meio de duração, com atividades presenciais e à distância. A carga horária do curso foi de 60 créditos nos termos do Sistema de Transferência de Crédito Europeu (ECTS), no qual um crédito equivale a 28 horas.

O MHPE destinou 15 vagas aos docentes dos cursos de medicina e enfermagem da ESCS/Fepecs. Dos 15 (quinze) ingressos no MHPE, 10 (dez) egressos concluíram com êxito o MHPE, sendo 05 (cinco) médicos, 01 (um) farmacêutico e 04 (quatro) enfermeiros, que exerciam suas atividades como docentes no Curso de Enfermagem e Medicina da ESCS/Fepecs. O objetivo foi que os participantes adquirissem competências em educação, especialmente em metodologias ativas. Os temas do programa incluíram os atributos e capacidades exigidas para um educador no domínio das profissões de saúde no Brasil, na América Latina e nos países de língua portuguesa.

Os métodos de aprendizagem e avaliação adotados no MHPE foram orientados pela Aprendizagem Baseada em Problemas, os mesmos adotados pela Universidade de Maastricht. Desta forma, aprender no contexto, na realidade do dia a dia do estudante e aprender fazendo foram os pontos centrais no currículo, ambos como objeto de estudo e como método de aprendizagem. Com grande ênfase nos exercícios práticos e aplicados, já que a habilidade em aplicar conhecimentos adquiridos é considerada de enorme importância na Universidade de Maastricht, particularmente para a educação das profissões de saúde, os estudantes puderam aplicar imediatamente os conteúdos da reflexão às suas próprias situações de trabalho.

Mestrado Profissional em Administração em Saúde

A ESCS, por meio da Fepecs, promoveu a execução de uma turma de mestrado profissional em Administração em Saúde na Área de Concentração em Gestão de Sistemas de Saúde, no período de 2015 a 2017, por meio de convênio com o Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva (Cepesc). Esse Centro é uma entidade civil, sem fins lucrativos, criada por um grupo de professores, com o objetivo de ser uma estrutura de apoio para implementação de projetos de docentes e pesquisadores do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IMS/UERJ), cuja finalidade é promover e difundir a produção de conhecimento científico na área de Saúde Coletiva, bem como incentivar e facilitar a cooperação entre os pesquisadores das diferentes instituições que integram essa área.

O convênio com o Cepesc assegurou a participação da ESCS/Fepecs no Programa de Formação

de Educação das Profissões de Saúde (ProFEPS), resultando na cooperação e parceria do IMS/Uerj com a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Sgtes/MS), por intermédio de Carta-Acordo com a Organização Pan-americana de Saúde (Opas), que incluiu também um termo de cooperação com a *School of Health Professions Education* da Universidade de Maastricht (SHE/UM).

Essa parceria com o Cepesc possibilitou a formação de 15 mestres, docentes dos cursos de graduação da ESCS, docentes dos cursos técnicos da Etesb e preceptores dos Programas de Residências Médicas e multiprofissional da SES-DF. Esses egressos receberam formação para o fortalecimento da gestão e ensino na saúde, para responder às necessidades ou desenvolvimento do SUS no contexto da consolidação da integração ensino-serviço, do fomento à formação interprofissional, da integralidade do cuidado à saúde e do trabalho nas redes de atenção à saúde, mediante a formação de docentes, preceptores e gestores da Educação na Saúde.

Doutorado Interinstitucional (Dinter) em Ciências da Saúde

Em 2014 o projeto de Doutorado Interinstitucional (Dinter) foi apresentado para apreciação da Capes, pela ESCS em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PPGCS) da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (FS-UnB), instituição promotora. A opção de parceria com o PPGCS da Faculdade de Ciências de Saúde da UnB, como instituição promotora, decorreu de vários fatores. A atuação do PPGCS era desenvolvida de forma multi e interdisciplinar, com a visão que os profissionais formados pelo programa estivessem aptos a contribuir para o ensino, extensão e pesquisa nas universidades públicas e privadas além de órgãos governamentais, municipais, distritais, estaduais e federais. Na época da criação do PPGCS, os programas de Pós-Graduação na área de saúde eram específicos. A oferta de vagas em cursos de pós-graduação na educação superior pública por entidades pertencentes ao Governo do Distrito Federal ainda era muito inferior à média brasileira.

A seleção dos candidatos foi realizada de acordo com a norma do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da UnB, em seus artigos referentes aos candidatos ao doutorado. O plano acadêmico proposto pelo Dinter UnB/ESCS buscou

minimizar o risco de endogenia com algumas estratégias. Embora os docentes da ESCS estivessem participando como coorientadores, todos os orientadores foram do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da UnB. Desse modo orientador e orientando foram de instituições diferentes. O estágio obrigatório proporcionou a permanência do estudante do Dinter na Instituição Promotora de modo a promover o contato com outros alunos regulares do PPGCS e outras atividades de pesquisa desenvolvidas na UnB, assim como proporcionou o contato com outros programas de pós-graduação da IES Promotora.

O PPGCS possui parcerias e histórico de produções conjuntas com grupos de pesquisa de outras instituições. A partir desse fato os doutorandos tiveram uma grande possibilidade de intercâmbio de conhecimento com pesquisadores, estudantes de outros estados e nacionalidades, situação que aumentou a probabilidade de produção de publicações de boa qualidade e minimizou o risco de endogenia. A própria multidisciplinaridade do PPGCS e da proposta do Dinter foi um fator que reduziu o risco de endogenia. Além disso, com o intuito de reduzir o risco da endogenia, a ESCS como instituição receptora incentivou que os doutorandos: i) buscassem estabelecer os intercâmbios científicos com outras universidades; ii) realizassem estágios de pesquisa em instituições brasileiras; iii) participassem de eventos, minicursos e outras atividades em outras universidades.

O Dinter/UnB/ESCS está em andamento e tem sido de alta relevância para a ESCS uma vez que permite a capacitação de um nível expressivo de docentes, por meio da formação de novos doutores após a titulação de mestres nos programas de Minter e MHPE já desenvolvidos no âmbito da ESCS. Também tem permitido a apropriação de novas tecnologias educacionais por seus docentes, atuantes como coorientadores, incluindo a nucleação e o fortalecimento de grupos de ensino e pesquisa da ESCS. Tem sido uma excelente oportunidade para aperfeiçoamento de processos, desenvolvimento de inovações e troca de experiências entre duas Instituições Ensino e Pesquisa participantes do projeto.

O Projeto Dinter UnB/ESCS vai permitir a qualificação de um grupo de 25 novos doutores os quais proporcionarão um aumento no quantitativo de doutores do corpo docente da ESCS. A grande adesão ao corpo docente do Dinter tanto da IES promotora (17 docentes), como da IES receptora

(19 docentes) demonstra o comprometimento das duas instituições. Em relação aos docentes da ESCS, estes tiveram a oportunidade de atuar como coorientadores e adquirir novas tecnologias educacionais. Também tem subsidiado a nucleação e o fortalecimento de grupos de ensino e pesquisa da ESCS, a oportunidade para aperfeiçoamento de processos, desenvolvimento de novas tecnologias e troca de experiências entre as duas instituições participantes do Projeto.

Entre os 25 participantes do Dinter, 13 já concluíram, 2 desistiram e 10 encontram-se no processo de conclusão, alguns aguardando a resposta de periódicos internacionais quanto à submissão dos seus trabalhos.

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* OFERTADOS E CERTIFICADOS PELA ESCS

Mestrado Profissional em Ciências para a Saúde (MPCS)

Em 26 de julho de 2011, o Conselho Deliberativo (CD) da Fepecs, em sua décima oitava Reunião Ordinária, aprovou a proposta do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências para a Saúde, na modalidade de Mestrado Profissional. Essa decisão (02/2011) foi publicada no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 145 de 28/06/2011. O Mestrado Profissional em Ciências para a Saúde (MPCS) foi criado na Fepecs, com o objetivo inicial de qualificar os profissionais da área de saúde, preferencialmente aqueles vinculados à SES-DF.

Essa proposta surgiu devido à elevada demanda da SES-DF para qualificação dos profissionais atuantes nos serviços de saúde do SUS, tornando-se imprescindível uma formação acadêmica interdimensional e interdisciplinar com objetivo de qualificar o atendimento dispensado à população e melhorar a qualidade de vida, especialmente de mulheres e idosos.

O curso de MPCS/SES-DF foi aprovado pela Capes, em outubro de 2011 e autorizado por meio da Portaria nº 1.324, de 08/11/2012. Teve início com duas linhas de trabalho: 1) Qualidade da Assistência à Saúde da Mulher e, 2) Qualidade da Assistência à Saúde do Idoso. A partir de 2017 houve mudança da linha Qualidade da Assistência à Saúde do Idoso para Qualidade da Assistência a Saúde do Adulto, após avaliação da produção dos docentes e discentes e das lacunas e demandas do SUS-DF.

A área de concentração do MPCS é em Qualidade na Assistência em Saúde. O perfil do profissional egresso tem como objetivos prioritários:

1. formação do mestre profissional, servidor da área de saúde, para investigar e avaliar de forma contínua as práticas relacionadas ao seu campo de atuação profissional;
2. capacitação dos futuros mestres para verificação do impacto de seu trabalho e de suas ações na qualidade de assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
3. produção de produtos aplicáveis à melhoria da qualidade da assistência à saúde da mulher e do idoso atendidos na SES-DF e;
4. propiciar a compreensão do egresso em relação ao papel da produção de conhecimento no fortalecimento das ações direcionadas ao SUS no intuito de um planejamento e desenvolvimento de atividades profissionais mais coerentes e comprometidas com os avanços tecnológicos e a qualidade na assistência à saúde no DF.

O primeiro processo seletivo para candidatos ao programa de MPCS da Fepecs/SES-DF ocorreu em março de 2012 por meio do Edital nº 1, de 07 de março de 2012, publicado no DODF nº 48 de 08 de março de 2012, no qual selecionou 18 candidatos. Atualmente o curso está na sua 10ª turma, com seleções anuais. Os docentes pioneiros trabalharam no planejamento das atividades do MPCS, de forma voluntária, sem dispensa de carga horária e sem gratificação, até o início das atividades letivas aprovadas para maio de 2012. A relação desse corpo docente se tornou pública por meio da Instrução nº 06, de 26 de abril de 2013, publicada no DODF nº 88, de 30 de abril de 2013, referente à atuação como professores e orientadores das Turmas I (2012) e II (2013) do MPCS. A Portaria nº 73, de 04/04/2013, que tratava da regulamentação do Programa, foi publicada no DODF nº 75, de 12/04/2013.

Atualmente o corpo docente é constituído por 16 docentes permanentes com titulação de doutorado, graduados em enfermagem, farmácia, nutrição, psicologia, fisioterapia e medicina. A maioria exerce a docência desde o início do programa e outros 7 entraram pelo processo de credenciamento realizado em 2015, seguindo orientação da Capes devido às solicitações de desligamentos e processos de aposentadorias.

Em maio de 2014, a visita de acompanhamento indicada na Avaliação Trienal 2013 da Área de Enfermagem da Capes, por meio da sua Comissão, constatou a necessidade de observação *in loco* com o propósito de orientar o programa de MPCS em suas atividades, sendo apresentadas as suas fortalezas e fragilidades. Dentre as principais recomendações, destacaram-se o desenvolvimento de um plano de metas para o futuro do MPCS; a reorganização da estrutura curricular para maior sustentação à área de concentração e linhas de atuação; a ampliação da infraestrutura e do corpo docente; o aprimoramento da apresentação dos trabalhos de curso (dissertações) com o objetivo de maior visibilidade aos produtos e processos gerados; e a criação de grupos de pesquisa para sustentar as linhas de trabalho, com a inserção de todos os docentes permanentes e discentes do MPCS. Estas recomendações foram prontamente atendidas com um planejamento estratégico para o quadriênio de 2017-2020.

Entre as estratégias colocadas em prática pelo corpo docente do MPCS, destaca-se a participação do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) – Capes/Cofen Apoio a Programas de Pós-Graduação – modalidade Mestrado Profissional – Área de Enfermagem (CCS/Capes, 2021). Essa interação visa propiciar a formação de enfermeiros altamente especializados, a cooperação técnico-científica e o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica, com foco na Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), na Gestão em Enfermagem e em Tecnologia e Inovação em Enfermagem.

O MPCS vem participando deste programa desde 2016 quando teve o primeiro Projeto aprovado no Edital nº 27/2016 - Apoio a programas de pós-graduação da área de Enfermagem, intitulado “*Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) para a melhoria da qualidade e segurança do paciente na atenção primária e hospitalar: formação e desenvolvimento científico e tecnológico do enfermeiro*”. Em 2019, um novo Projeto foi aprovado no Edital 28/2019 – Acordo Capes/Cofen, denominado *Aperfeiçoamento científico e tecnológico para a gestão e Sistematização da Assistência de Enfermagem na atenção a saúde da mulher e do adulto*¹⁴⁻¹⁵.

Para atender a esses projetos financiados pelo Acordo Capes/Cofen, os processos seletivos do MPCS têm sido feitos de forma diferenciada. Há vagas para ampla concorrência e vagas especí-

ficas para enfermeiros que atuam no SUS com atuação comprovada pelos órgãos empregadores dos candidatos. No processo seletivo de 2016 foram ofertadas 08 (oito) vagas exclusivas para enfermeiros, com ingresso em turma extra. Em 2019 foram ofertadas 7 vagas exclusivas para enfermeiros, com redução das vagas ofertadas na ampla concorrência, de forma a não ultrapassar as 18 vagas do curso.

O processo seletivo de candidatos para o curso de PMPCS vêm sendo aperfeiçoado ao longo dos anos. Buscam-se candidatos que tenham inserção no mundo do trabalho dos serviços de saúde do SUS, que demonstrem capacidade de articular demandas por novos conhecimentos, processos e produtos com os métodos e técnicas necessários para sua produção. Ademais, espera-se que tenham a capacidade de liderança para implementá-los quando finalizados.

A participação do MPCS no Profen (acordo Capes/Cofen) tem propiciado a melhoria dos produtos, processos e técnicas desenvolvidos como trabalho de conclusão de curso. Citam-se produtos como o sistema Informação para Prevenção de Eventos Adversos em Serviços de Saúde (IPES), que foi desenvolvido como produto do MPCS e já está em uso por 5 hospitais públicos da SES-DF, e o aplicativo Gestão de Feridas (Gesfe) que está na fase de conclusão da primeira versão. Ambos são produtos tecnológicos que quando colocados a disposição dos profissionais de saúde tem potencial de provocar inovação nos serviços. Outros produtos de destaque são os protocolos assistenciais já aprovados pela SES-DF, material instrucional voltado para profissionais e pacientes, vídeos, além dos artigos que vem sendo publicados em periódicos nacionais e internacionais.

No primeiro semestre de 2020, a coordenação do MPCS analisou o perfil de egressos do programa até o abril de 2021 e constatou os seguintes resultados: o programa havia formado 109 (cento e nove) mestres, todos servidores públicos atuantes no SUS, sendo a maioria constituída de médicos (35%), seguida de enfermeiros (30%), nutricionistas (15%), fisioterapeutas (6%), odontólogos (5%), psicólogos (4%), e outras especialidades (4%).

Dentre as principais características do MPCS, destacam-se o estabelecimento de uma parceria entre instituições de serviços e instituições de ensino, o que propicia maior integração ensino-serviço, além

da superação dos modelos tradicionais de formação na área de saúde. O mestrado profissional é um espaço de reflexão e incorporação de valores éticos, políticos, sociais e culturais, em consonância com a excelência acadêmica e com o compromisso com práticas de assistência à saúde humanizadas e de qualidade no âmbito do SUS.

Ao longo desses nove anos (2012–2021) do curso de MPCs, observou-se maior aprimoramento na formação acadêmica tanto interdimensional quanto interdisciplinar, assim como na produção e utilização dos conhecimentos na área de abrangência do programa. Os objetivos prioritários para o perfil de egressos do MPCs foram ampliados e sofreram algumas modificações para atender às necessidades sociais e educacionais vigentes, são eles:

1. formar mestres em Ciências para a Saúde para o exercício de uma prática profissional e acadêmica qualificada para desenvolver atividades de ensino e de pesquisa que contribuam para a produção de conhecimentos no âmbito do serviço;
2. qualificar profissionais para o exercício da docência no campo da saúde;
3. formar pesquisadores capazes de criar, adaptar ou modificar, de modo dinâmico, a teoria e a construção constante de novos saberes em saúde;
4. desenvolver pesquisa científica que contribua com a produção de conhecimento na área da Saúde do Adulto e da Saúde da Mulher e com o aprimoramento da ação profissional e acadêmica;
5. aprimorar as práticas profissionais com vistas ao entendimento amplo e interdimensional do processo de envelhecimento e para o atendimento das necessidades de atenção à saúde da mulher em seus diferentes momentos;
6. produzir, utilizar e difundir conhecimentos na área de Saúde do Adulto e Saúde da Mulher;
7. contribuir para o aprimoramento do planejamento e da gestão em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
8. contribuir, no âmbito do SUS, para o aperfeiçoamento do planejamento e da gestão do

processo de formação profissional e da educação permanente articulados aos processos de trabalho em saúde, em todos os níveis e etapas.

Mestrado Acadêmico em Ciências da Saúde

A proposta de criação do curso de Mestrado Acadêmico em Ciências da Saúde da ESCS foi submetida à Capes no ano de 2015, sob o nº 884/2015, na modalidade de ensino presencial na área de avaliação Medicina I. A proposta foi então recomendada em 25 de abril de 2016, sendo no mesmo ano publicado o edital do primeiro processo seletivo, a saber, edital nº 13 de 05/07/2016, DODF nº 132 de 12/07/2016, seção 3, página 48. O início da primeira turma foi previsto para o 2º semestre de 2016, porém o curso teve seu início efetivo em 04 de abril de 2017. O Curso teve seu regimento interno aprovado em 1º de agosto de 2018 e ratificado em 25 de outubro de 2019, pela Resolução do Colegiado de Pós-Graduação Extensão e Pesquisa da Escola Superior de Ciências da Saúde – Copgep/ESCS nº. 001/2019¹¹.

O Mestrado Acadêmico, tendo como base a formação profissional voltada para as necessidades emergentes do século 21 e pensando na construção de competências voltadas para a colaboração, o pensamento criativo e a vinculação em redes, possui como objetivo a formação multiprofissional para o exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão nos campos do conhecimento das Ciências da Saúde. Nesse sentido, as atividades são vivenciadas com pauta em metodologias ativas de aprendizagem, em conformidade à proposta da ESCS, voltadas para a integração ensino-serviço-comunidade.

Conforme Amorim et al, destacam-se dentre os objetivos específicos do Curso a formação profissional ética e dotada de senso crítico para as práticas acadêmicas e profissionais; a qualificação para o exercício da docência no campo do conhecimento das Ciências da Saúde; a formação de pesquisadores que fomentem a produção de novos saberes em saúde; o desenvolvimento de pesquisas científicas, produtos, patentes e processos de produção; a difusão de conhecimentos baseados em evidências; o aprimoramento de políticas, da gestão e do planejamento em saúde; a contribuição para o avanço científico e tecnológico do país, particularmente do Distrito Federal e da região Centro-Oeste, ressaltando a qualidade na assistência à saúde da região¹¹.

As áreas de concentração do programa correspondem à Atenção à Saúde e Política, Gestão e Educação em Saúde. Já as linhas de pesquisa se dividem na área de concentração de atenção à saúde, em Ciclos da Vida e Saúde de Grupos Populacionais e Vulnerabilidades Específicas, bem como Estudos Clínicos e Epidemiológicos. Na área de concentração de Política, Gestão e Educação em Saúde, as linhas de pesquisa contempladas são Educação em Saúde e Política, Planejamento, Gestão e Avaliação de Sistemas e Serviços.

A duração do Curso é de 12 a 24 meses. As disciplinas são ministradas em estrutura modular, sendo necessários 30 créditos para integralização curricular (cada crédito equivalente a 15 horas/aula) assim distribuídos: 16 créditos em 4 disciplinas obrigatórias, 2 créditos em disciplinas optativas livres; 8 créditos em prática em docência orientada e 4 créditos de apresentação e defesa da Dissertação de Mestrado.

Dentre as disciplinas ofertadas encontram-se a Introdução ao Campo de Educação em Saúde, Metodologia Científica e Bioestatística, Ética na Saúde e na Pesquisa Científica e Prática em Docência Orientada.

A prática de docência orientada é uma atividade curricular destinada aos discentes matriculados no curso, definida como a inserção dos estudantes de pós-graduação no Programa Educacional de Módulos Temáticos em atividades de Aprendizagem Baseada em Problemas, com o objetivo de complementação da formação pedagógica sob a supervisão de um tutor e um orientador. Em se tratando de atividade curricular, não pressupõe a criação de vínculo empregatício ou remuneração.

Como disciplinas optativas são ofertadas: Indicadores de Qualidade e Assistência à Saúde, Modelo de Atenção à Saúde no Sistema Único de Saúde, Métodos e Instrumentos de Avaliação Física e Funcional, Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa em Saúde, Prática Educacional em Ambientes Autênticos e Redação e Leitura Crítica de Artigos Científicos.

Atualmente o Mestrado Acadêmico encontra-se em sua 4ª turma, com planejamento de edital para a 5ª turma, contando com 24 egressos e 41 mestrandos.

Mestrado Profissional em Saúde da Família (ProfSaúde)

O ProfSaúde é um curso desenvolvido em rede nacional liderada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), apoiado pelo Sistema Universidade Aberta do SUS (UNASUS), instituição que tem por finalidade atender às necessidades de capacitação e educação permanente dos trabalhadores do SUS. Segundo já relatado em Amorim et al (2019), a proposta foi apresentada pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), com apoio da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (Sbmfc) e pela Associação Brasileira de Educação Médica (Abem)¹¹. O programa vem sendo desenvolvido por 22 instituições de ensino associadas, sendo elas: Fundação Oswaldo Cruz, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Universidade Estadual Paulista, Universidade Federal Paulista, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Sul da Bahia, Universidade Federal de Pelotas, Universidade de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Universidade Federal de Rondônia, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal do Paraná, Universidade Estadual de Montes Claros, Universidade Estadual do Amazonas e Escola Superior de Ciências da Saúde¹⁶.

O ProfSaúde é oferecido na modalidade semi-presencial, abrangendo encontros presenciais e atividades desenvolvidas à distância no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Os objetivos do programa são: formar profissionais de saúde para exercerem atividades de atenção à saúde, docência e preceptoria, produção de conhecimento e gestão em Saúde da Família; fortalecer as atividades educacionais de atenção à saúde, produção do conhecimento e de gestão em Saúde da Família nas diversas regiões do país; articular elementos da educação, atenção, gestão e investigação no aprimoramento da Estratégia de Saúde da Família; estabelecer uma relação integradora entre o serviço, os trabalhadores, os estudantes da área de saúde e os usuários¹⁶.

A Concepção Pedagógica do programa fundamenta-se no estudante como sujeito de aprendizagem, resguardadas a sua autonomia e o seu conhecimento e experiências prévias construídas pela sua vivência profissional. A organização curricular baseia-se nos referenciais da educação

por competências e desenho curricular contempla três eixos pedagógicos: Atenção, Educação e Gestão¹⁶.

As linhas de pesquisa do Profsaúde são:

1. Atenção à saúde, acesso e qualidade na atenção básica em saúde
2. Atenção integral aos ciclos de vida e grupos vulneráveis
3. Educação e saúde: tendências contemporâneas da educação, competências e estratégias
4. Gestão e avaliação de serviços na estratégia de saúde da família/atenção básica
5. Informação e saúde
6. Pesquisa clínica: interesse da atenção básica
7. Vigilância em saúde

O programa foi iniciado em 2017 e em 2019 já tinha formado 9 egressos, todos médicos que atuam na Atenção Primária a Saúde. A partir de 2020 o programa passou a ser ofertado de forma multiprofissional para médicos, enfermeiros e

odontólogos que atuam na Atenção Primária a Saúde. As vagas ofertadas pela ESCS atendem aos Estados de Goiás e Tocantins. As vagas ofertadas pela Fiocruz-Direb estão voltadas para os profissionais do DF e Mato Grosso. O programa conta com o financiamento do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação.

O Curso é desenvolvido com duração de 24 meses sendo o primeiro ano com 6 encontros presenciais e o segundo ano, dedicado ao desenvolvimento da pesquisa e dos produtos, com atividades acompanhadas de forma remota.

EGRESSOS DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA ESCS/FEPECS

Os programas de mestrado próprios e aqueles desenvolvidos em parcerias já formaram 204 egressos, conforme Tabela 1. Observa-se que os médicos, enfermeiros, nutricionistas e fisioterapeutas foram as categorias profissionais mais participativas do PPG da ESCS/Fepecs. Ressalta-se que 98% são profissionais que atuam no SUS. Dentre os programas com maior número de egressos está o MPCs que é também o com maior tempo de duração, tendo iniciado e se mantido com seleção atual desde 2012, ininterruptamente.

Tabela 1.
Quantitativo de egressos por curso ofertado, distribuídos por categoria profissional. Brasília, DF-Brasil, 2007 a 2020.

	Medicina	Enfermagem	Nutrição	Farmácia	Fisioterapia	Odontologia	Psicologia	Outras	Total
MINTER UNESP	16	4	1	1	1			0	23
MINTER UERJ	6	3		1	1		3	1	15
MHPE Univ. de Maastrich	5	4		1				0	10
MPCS ESCS	38	33	16	2	7	5	4	4	109
MACS ESCS	13	3	3		2			3	24
DINTER UnB	6	5		1	1			0	13
PROFSAÚDE	10								10
TOTAL	94	52	20	6	12	5	7	8	204

Legendas: MINTER- Mestrado Interinstitucional I; UERJ- Universidade do Estado do Rio de Janeiro; UNESP- Universidade Estadual Paulista; MHPE- Mestrado Internacional em Educação nas Profissões de Saúde; MPCs- Mestrado Profissional em Ciências para a Saúde; ESCS- Escola Superior em Ciências da Saúde; MACS- Mestrado Acadêmico em Ciências da Saúde; DINTER- Doutorado Interinstitucional; UnB- Universidade de Brasília; PROFSAÚDE- Mestrado Profissional em saúde da Família; FIOCRUZ- Fundação Osvaldo Cruz.

DISCUSSÃO

A trajetória percorrida pela ESCS para oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* se inicia com a formação de parcerias com outras instituições de ensino superior, por meio dos cursos de mestrados interinstitucionais. Esses convênios objetivaram principalmente a utilização da competência de programas de pós-graduação reconhecidos pelo MEC para viabilizar a formação de mestres e doutores e ainda beneficiar-se do aprendizado de gerenciamento institucional que as oportunidades ofereceram.

Desde 2008, ano de início da primeira turma, a oferta de vagas anual mais que duplicou. Inicialmente foram disponibilizadas 15 vagas e atualmente, a escola, por meio de três Programas de pós-graduação *stricto sensu*: o Mestrado Acadêmico em Ciências da Saúde, Mestrado Profissional em Ciências para a Saúde e Mestrado Profissional em Saúde da Família, oferece 39 vagas anuais.

Os cursos têm como público-alvo profissionais da área de saúde, conforme Resolução nº 287 de 08 de outubro de 1998 do Conselho Nacional de Saúde, e que comprovem atuação no SUS. Dos 204 egressos até julho de 2021, observa-se a diversidade de graduados, com atuação na assistência, na gestão e na vigilância em saúde, o que é coerente com os propósitos descritos nos projetos pedagógicos de cada um dos programas de pós-graduação¹⁷.

Até o momento o cenário de atuação dos egressos tem sido a Região Centro-Oeste, principalmente do RIDE e DF, com predomínio daqueles que atuam SES-DF. Desta característica, destaca-se o caráter multidisciplinar e interprofissional dos programas e a integração com o serviço o que faz com que os problemas sejam reais e tenham interesse teórico e prático. Essa singularidade está em consonância com o que destacam Silva et al que atribuem à oferta do MP, a possibilidade de conexão do Sistema Nacional de Pós-Graduação aos setores não acadêmicos da sociedade brasileira, produzindo recursos humanos qualificados para um mercado que estava carente de profissionais com capacidade técnica e científica para associar teoria e prática¹⁸.

Conforme destacam Amorim et al¹¹, a ESCS desde sua fundação em 2001, tem como norte do processo de aprendizagem, a integração ensino-serviço-comunidade e a utilização da rede públi-

ca de saúde do DF para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a interação entre estudantes das diferentes áreas e níveis de formação. A formação acadêmica voltada aos graduados de áreas multidisciplinares da saúde denota o impacto dos Programas de Pós-graduação oferecido pela ESCS no desenvolvimento e qualificação desses estudantes, tanto pela formação de pesquisadores por meio do Programa de Mestrado Acadêmico, como pela articulação acadêmica com a prática oferecida pelo Programa de Mestrado Profissional (MP).

Convergindo com que destaca Fischer¹⁹, o MP focalizado, caracterizado pela formação de profissionais para setores específicos de atividades, como é o caso do ofertado pela ESCS, possibilita especialização e maior instrumentalidade para lidar com problemas concretos. É uma rica possibilidade de troca de experiência e conhecimento entre o mercado e a academia, conferindo ressonância social à pesquisa. Assim, é possível afirmar que os PPG da ESCS/Fepecs focalizaram no binômio aprendizagem e trabalho, produção de conhecimento e proposição de intervenções no cotidiano profissional, como eixo formativo.

Esta experiência está coerente com outras relatadas na literatura como a de Rossit e Seiffert²⁰. Embora a pesquisa destes autores tenha sido com os egressos de mestrados profissionais em educação, as análises podem corroborar a experiência dos PPG da ESCS, tendo em vista que estes programas buscam propiciar aos profissionais de saúde uma formação que ressignifique a vivência e a prática em seus campos de atuação ao mesmo tempo em que produzam novos saberes. O desafiado é o de elaborar novas explicações e interpretações a partir das próprias práticas e com elas, operar transformações e intervenções na realidade^{19-20,11}.

Os PPG da ESCS também estão alinhados aos princípios da Pneps na medida em que preservam aspectos metodológicos já profundamente desenvolvidos na graduação, tais como a aprendizagem significativa e a eleição dos problemas do cotidiano como objeto de pesquisa. Esta experiência tem propiciado a formulação de intervenções como fonte de aprendizagem, em uma lógica de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, visando a promoção de mudanças nas práticas¹⁰. Estimula-se a pesquisa científica em serviços de saúde, para fortalecer conhecimento técnico na saúde pública local e regional.

É inegável o amadurecimento e o desenvolvimento da instituição quanto à oferta e a gestão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Sua expansão quanto ao número de vagas, oferta de novos cursos, inclusive o doutorado, e linhas de pesquisa, necessita de apoio organizacional, principalmente no que diz respeito à ampliação do número de docentes. O caminho tem sido percorrido em constante aprendizado e busca focar principalmente na formação de seus alunos, ofertando ao SUS egressos que reflitam a qualidade de ensino e impacto dos cursos promovidos pela ESCS¹¹.

CONCLUSÕES

A trajetória da pós-graduação da ESCS se caracteriza pela aprendizagem organizacional crescente, por meio de parcerias interinstitu-

cionais, pela construção de formas inovadoras de integração ensino-serviço-comunidade, pela interprofissionalidade e multidisciplinariedade. Houve expansão gradativa de cursos e de oferta de vagas, demonstrando o compromisso com o amadurecimento institucional necessário, tendo em vista as limitações de infraestrutura e as decorrentes do próprio modelo de escola vinculada a serviço. É um exemplo de êxito e de factibilidade de projetos inovadores e contra hegemônicos que ousam criar e operacionalizar ensino, pesquisa e extensão integrada ao SUS.

Novos desafios, mudanças e ampliações devem ser realizados, precedidas de avaliações de demandas e principalmente, dos egressos. Estes podem sinalizar aspectos a serem aperfeiçoados nos PPG da ESCS/Fepecs.

REFERÊNCIAS

1. Balbachevsky E. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: Brock C, Schwartzman S, organizadores. Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 2005. p. 275-304
2. Moritz GO, Moritz MO, Melo PA. A Pós-Graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos. UFSC 2011. Disponível em <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/26136> Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Acesso em agosto de 2020.
3. Brasil. Parecer nº 977/65 – Definição dos Cursos de Pós-Graduação. Brasília: MEC, 1965. Disponível em: <https://capes.gov.br/images/stories/download/legislacao> Acesso em agosto 2020
4. Santos ALF, Azevedo JML. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. Rev. Bras. Educ. 2009, 14(42): 534-550. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/9gS5G9MGJfFn9C6fwMtx7vp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em Julho 2021.
5. Brasil. Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal; 1988
6. Brasil. Política de Recursos Humanos para o SUS: balanço e perspectivas. Brasília: MEC/CAPES, 2003. Disponível em: https://bvsm.sau.br/bvs/publicacoes/cd03_16.pdf Acesso em: julho de 2020
7. Brasil. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. Análise da Política de Educação Permanente do SUS (PEPS) implementada pelas Secretarias Estaduais de Saúde (SES) [Relatório final] Vol. II. Disponível em: http://www.obsnetims.org.br/uploaded/3_2_2016_0_Vol%20II_Relatorio_EPSUS_Cnpq_2015.pdf

8. França T, Medeiros KR, Belisario AS, Garcia AC, Pinto ICM, Castro JL, Pierantoni CR. Política de Educação Permanente em Saúde no Brasil: a contribuição das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço. Brasília: Revista Ciência & Saúde Coletiva. 2016, 22(6):1817-1828. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/gxPVCCx7x83PrSJ5yvppYXz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em julho de 2021.
9. Brasil. Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt1996_20_08_2007.html
10. Gigante RL, Campos GWS. Política de formação e educação permanente em saúde no Brasil: bases legais e referências teóricas. Trab. Educ. Saúde, 2016, 14(3): 747-63. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sip00124>
11. Amorim FF, Santana LA, Göttems LBD. A formação na modalidade de pós-graduação stricto sensu no Distrito Federal, Brasil: a experiência da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS). Brasília: Revista Ciência e Saúde Coletiva. 2019, 24(6):2203-2210. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/pNtH3RcKqCFm8CzHmR984ph/?format=pdf&lang=pt>
12. Laville C, Dionne J. A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte (MG): UFMG, 1999.
13. Lüdke M, André M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
14. Brasil. Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior. Acordo CAPES/COFEN. Resultado preliminar do Edital 27/2016. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/15032016-acordo-capes-cofen-resultado-preliminar-pdf>
15. Brasil. Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior. Acordo CAPES/COFEN. Edital nº 28/2019. Resultado Final. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/28052020-edital-1213112-edital28-resultado-final-pdf>
16. Brasil. Associação Brasileira De Saúde Coletiva. Mestrado Profissional em Saúde da Família. Disponível em: <https://profsaude-abrasco.fiocruz.br/sobre-programa>. Acesso em: 12 de julho de 2021.
17. Brasil. Ministério da Saúde, Resolução nº 287 de 08 de outubro de 1998 do Conselho Nacional de Saúde. 1998. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1998/res0287_08_10_1998.html
18. Silva MT, Oliveira E, Mamede W, Cardoso CG, Teixeira RA, Barros NF. Repercussões do Mestrado Profissional em Saúde Coletiva sobre os serviços de Saúde no Brasil: uma Revisão. Portugal: Atas do 6º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa. 2017, vol. 2, 978-972-8914-77-6
19. Fischer T. Mestrado profissional como prática acadêmica. RBPG. 2005, 2(4):24-29. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/74/71>
20. Rossi RAS, Seiffert OMLB. Avaliação, currículo, docência e formação em saúde: Itinerários Percorridos. São Paulo. Coleção Ensino em Ciências da Saúde; v.1. 2020. Disponível em: <https://cdn1.unasp.br/mestrado/educacao/2021/04/28100905/FORMACAO-EM-AVALIACAO-NO-ENSINO-SUPERIOR.pdf>